

Greve regista 93 por cento de adesão e Câmara recorre ilegalmente a privados

22-Nov-2004

Â

Â TRANSPORTES URBANOS DE AVEIRO

Com uma adesão de 93 por cento, os trabalhadores dos Transportes Urbanos de Aveiro (STUA) iniciaram hoje uma greve de 18 dias às primeiras duas horas de cada jornada de trabalho e às horas extraordinárias, visando condenar a criação de uma empresa municipal e a futura privatização daqueles serviços.

Â

As primeiras horas da greve confirmam a determinação e a unidade dos trabalhadores em torno de uma luta pelos direitos, pela segurança de emprego e pela manutenção de um serviço público essencial no município de Aveiro.

O STAL condena desde já o recurso a empresas privadas para a realização de diversos circuitos afectados com a paralisação e irá apresentar queixa junto do Ministério Público por violação da Lei da Greve.

Contra a privatização

O sindicato refuta as acusações da Câmara de Aveiro e dos Serviços Municipalizados, que pretendem imputar motivações exclusivamente políticas para a realização desta greve, reiterando a justeza dos seus objectivos.

Para o STAL, a criação da empresa municipal pretendida pela Câmara é o primeiro passo para a privatização efectiva dos Transportes Municipais de Aveiro, numa estratégia que penaliza fortemente os aveirenses e os trabalhadores destes serviços.

E também a insistência na rentabilização dos STUA é condenada pelo sindicato, uma vez que os aveirenses contribuem já através dos seus impostos para a manutenção destes serviços públicos essenciais, estando agora na iminência de verem aumentados os passes e diminuídas as carreiras, caso a estratégia privatizadora da autarquia siga por diante.

Autarquia intransigente

Por outro lado, o STAL relembra que a responsabilidade pelos incómodos causados pela greve deverá ser integralmente imputados aos responsáveis camarários, uma vez que estes sempre recusaram aceitar as propostas alternativas apresentadas pelo sindicato.

A reestruturação dos actuais Serviços Municipalizados de Aveiro, prevendo a criação de condições para que possam gerir os novos serviços que a autarquia pretende integrar na empresa municipal, designadamente a Transria, os estacionamento e as «Bugas», é uma solução efectivamente alternativa, com maiores vantagens para o município, para os utentes e para os trabalhadores.

Violação da lei da greve

O STAL irá apresentar queixa contra a Câmara Municipal de Aveiro e a Administração dos Serviços Municipalizados, que estão a recorrer a empresas privadas para a realização de circuitos afectados pela paralisação.

Trata-se de uma grosseira e inadmissível violação da Lei da Greve, situação agravada pelo facto de terem sido contratados antigos trabalhadores dos STUA, na sua maioria reformados.

O STAL responsabiliza desde já a Câmara de Aveiro e a Administração dos Serviços Municipalizados por eventuais conflitos que possam surgir, uma vez que esta medida é claramente provocatória e fere gravemente o legítimo direito à greve dos trabalhadores.

Compreendendo embora os transtornos que a greve está a causar, não só junto da população escolar mas na generalidade dos utentes dos Transportes Urbanos de Aveiro, o sindicato considera que não é justificável a ideia de realização de serviços mínimos, uma vez que a greve não causa prejuízos de natureza irreparável e a própria Administração dos STUA poderia ter tomado providências para diminuir os efeitos da paralisação, nomeadamente reforçando os circuitos após o final de cada período de greve.

Â

Â